



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

### **TERMO DE REFERÊNCIA** **MENOR PREÇO**

**FORNECIMENTO DE 23 (VINTE E TRÊS) BOMBAS CENTRÍFUGAS DE EIXO HORIZONTAL, ACIONADAS A MOTOR ELÉTRICO, DESTINADAS A REABILITAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO COTINGUIBA/PINDOBA, NO MUNICÍPIO DE PROPRIÁ, ESTADO DE SERGIPE.**



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

**Julho/2017**



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR

### ÍNDICE

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO	4
2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES	4
3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO	5
4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE	5
5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS	5
6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	6
7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA	7
8. PROPOSTA FINANCEIRA	7
9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	9
10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	10
11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS	11
12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	11
13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS	11
14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS	12
15. FISCALIZAÇÃO	12
16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	13
17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	13
18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF	14
19. GARANTIA DOS MATERIAIS	14
20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	14
21. MULTAS	15
22. CONDIÇÕES GERAIS	15
23. ANEXOS	15



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Fornecimento, carga, transporte e descarga de 23 (vinte e três) bombas centrífugas de eixo horizontal, acionadas a motor elétrico, destinadas à reabilitação das estações de bombeamento pressurizadas do Perímetro de Irrigação Cotinguiba/Pindoba, no município de Propriá, localizado no estado de Sergipe, distribuídos em 05 (cinco) itens, conforme descrito abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	COTA	QT
01	Eletrobomba centrífuga de eixo horizontal, acionada a motor elétrico, 55 mca, 385 m³/h, 125 cv.	un	Principal	9
02	Eletrobomba centrífuga de eixo horizontal, acionada a motor elétrico, 55 mca, 385 m³/h, 125 cv. <b>Cota de 25%. Exclusivo para ME e EPP.</b>	un	Exclusivo para ME e EPP	3
03	Eletrobomba centrífuga de eixo horizontal, acionada a motor elétrico, 43 mca, 190,8 m³/h, 50 cv.	un	Principal	6
04	Eletrobomba centrífuga de eixo horizontal, acionada a motor elétrico, 43 mca, 190,8 m³/h, 50 cv. <b>Cota de 25%. Exclusivo para ME e EPP.</b>	un	Exclusivo para ME e EPP	2
05	Eletrobomba centrífuga de eixo horizontal, acionada a motor elétrico, 40 mca, 115,2 m³/h, 25 cv.	un	Exclusivo para ME e EPP (sem cotização)	3

#### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA**– Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

**ÁREA DE IRRIGAÇÃO** – Unidade da administração superior da CODEVASF, as quais estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação do fornecimento/serviço de engenharia, objetos deste Termo de Referência.

**4ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em Aracaju/SE, em cuja jurisdição territorial localiza-se o fornecimento/serviço objeto deste Termo de Referência.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos fornecimentos.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução do fornecimento/serviço, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global do fornecimento, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

### **3. CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

#### **3.1. Critério de Julgamento: Menor Preço**

### **4. LOCAL DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EMBARQUE E TRANSPORTE**

4.1. Os equipamentos objeto deste Edital deverão ser entregues na Oficina de São Vicente, localizada no povoado de São Vicente, no município de Propriá, Estado de Sergipe, que dista 100 km de Aracaju, capital do estado. O acesso ao município de Propriá é feito pela BR 101 e o acesso de Propriá à Oficina de São Vicente é feito pela SE 200;



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

4.2. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) item(ns) objeto deste pregão devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e a qualidade dos mesmos. Todas as partes sujeitas a vibrações ou pancadas durante o transporte deverão ser travadas ou suportadas de forma a evitar danos aos objetos transportados.

### **5. DESCRIÇÃO DOS FORNECIMENTOS**

5.1. O objeto do presente pregão compreende o fornecimento de 23 (vinte e três) bombas centrífugas de eixo horizontal, acionadas a motor elétrico, bem como catálogo técnico dos equipamentos contendo todas as informações técnicas inerentes ao equipamento, como parâmetros técnicos, dimensões, peso, curvas características das bombas e demais características técnicas. Também compreende a carga, o transporte e descarga dos equipamentos na a Oficina de São Vicente, no Projeto Cotinguiba/Pindoba, localizado no município de Propriá, Estado de Sergipe, conforme distribuídos no item 1 deste Termo de Referência.

5.2. A descrição dos fornecimentos consta das Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, nas Especificações Técnicas e nos Desenhos de Referência e Planilha Dimensional das Bombas – Anexo I, II e III deste Termo de Referência, respectivamente, que deverão ser observadas criteriosamente pelas licitantes.

5.3. A montagem dos equipamentos e supervisão de montagem não faz parte do Escopo de Fornecimento.

5.4. A Codevasf não dispõe no local da entrega nem de equipamentos nem de pessoal para as atividades de descarga dos equipamentos/materiais a serem adquiridos, devendo ser avisada via fax/e-mail, com antecedência devida (até 3 dias) a previsão da data da entrega, de modo a permitir o acompanhamento do recebimento dos materiais a serem entregues.

5.5. A descarga dos equipamentos no depósito é de responsabilidade da licitante e a CODEVASF não fornecerá os equipamentos de manuseio.

5.6. O meio de transporte e o acondicionamento do(s) itens objeto deste TR devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade dos mesmos.

5.7. Todo carregamento deverá ser acompanhando dos respectivos romaneios (completos) e notas fiscais.

### **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, nacionais ou estrangeiras, que atendam as exigências do TR e seus anexos.

6.1.1. As Empresas estrangeiras poderão participar nas mesmas condições das empresas nacionais.

6.1.2. Poderão participar desta licitação empresa brasileira, empresa estrangeira em funcionamento no País, empresa brasileira representante de empresa estrangeira, empresa estrangeira em funcionamento no País representante de empresa estrangeira.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

6.1.3. As licitantes poderão apresentar propostas para um ou mais itens, devendo apresentar proposta para a integralidade de cada item a que concorrer, discriminados nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, nas Especificações Técnicas e na Planilha Orçamentária – Anexo I, II e IV deste Termo de Referência. Não serão aceitas propostas para parte do item, implicando na desclassificação da proposta.

### **6.2. CONSÓRCIO**

6.2.1. Não será permitida a participação em consórcio.

### **6.3. SUBCONTRATAÇÃO**

6.3.1. Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto desta.

### **6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e Sociedade Cooperativa poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015, reservando-se ainda, a cota no percentual de até 25% (vinte e cinco por cento), quando for o caso (art. 48, inc. III – LC 147/2014), para os itens: 2, 4 e 5, onde concorrerão de forma exclusiva.

## **7. VISITA AO LOCAL DA ENTREGA**

7.1. O atestado de visita aos locais do fornecimento/serviços **não será obrigatório**, porém, é de inteira responsabilidade da licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza de descarga dos equipamentos. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos. Entende-se que os custos propostos cobrirão quaisquer dificuldades decorrentes da localização do local onde deverão ser entregues os equipamentos.

7.1.1. Os custos de visita ao local onde serão entregues os equipamentos correrão por exclusiva conta da licitante.

7.1.2. Em caso de dúvidas sobre onde serão estocados os equipamentos objeto desse termo de referência ou para marca/agendar a visita, as empresas interessadas poderão optar por entrar em contato com a Gerência Regional de Irrigação da CODEVASF, em Aracaju, no estado de Sergipe, nos telefones: (79) 3194-4213 ou (79) 3194-4260.

## **8. PROPOSTA FINANCEIRA**

8.1. As propostas financeiras deverão conter no mínimo o seguinte:

- a) O Termo da Proposta deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira, devidamente assinada pelo representante legal da licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. O Termo deverá conter ainda os seguintes dados:



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

- Razão social, CNPJ e endereço completo da licitante, com e-mail, site, número de telefone e fax, Banco, agência, número de conta-corrente, praça de pagamento, e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF identidade, endereço e telefones fixo e celular) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora.
- b) Nome, endereço, cidade, estado e país do fabricante de cada bem ofertado;
- c) As especificações técnicas claras, completas e minuciosas dos equipamentos ofertados, em conformidade com este Termo de Referência, podendo ser apresentada sob a forma de literatura, catálogo, desenhos e dados;
- d) Planilha de preços unitários e totais ofertados para os equipamentos, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do Anexo IV, que é parte integrante deste termo de Referência.
- e) Serão de responsabilidade da licitante vencedora o fornecimento abaixo, cujos custos correrão por sua exclusiva conta:
  - e1) Fornecimento de manuais detalhados, em língua portuguesa, de operação e manutenção para cada unidade apropriada dos equipamentos fornecidos em 02 (duas) vias e em meio eletrônico;
  - e2) Relação de ferramentas especiais para montagem e/ou manutenção dos equipamentos fornecidos.
- f) Cronograma físico-financeiro detalhando mês a mês as fases de fabricação, testes de fábrica, transporte e entrega dos equipamentos no local do projeto;

8.1.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data estabelecida para entrega das mesmas, sujeita a revalidação por idêntico período.

8.1.2. Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos, seguro, transporte, carga e descarga do material, testes de fábrica e do campo, mão-de-obra, leis sociais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciárias, securitárias, tributos (ICMS, PIS, COFINS, IRRF, CSLL e IPI), e quaisquer encargos/taxas que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, nos fornecimentos objeto deste Termo de Referência. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

8.1.3. Para efeito do disposto no subitem acima a licitante deverá considerar a tributação plena até o local de entrega dos equipamentos nos Perímetros Irrigados (ou projeto), considerando que a CODEVASF não possui inscrição estadual, sendo considerada consumidora final. É de responsabilidade do licitante arcar com todos os tributos incidentes. A proposta deverá indicar em reais os preços dos materiais e serviços ofertados, com menção discriminada da referida tributação. A concorrente será responsável por quaisquer acréscimos que ocorrerem pela não observância desta particularidade.

8.1.4. Para os bens originários do exterior, a licitante deverá informar/apresentar em sua proposta:

- (i) O preço dos bens cotados FOB – preço fábrica, em divisas, colocado no porto de embarque;





## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

- (ii) O preço dos bens cotados CIF- preço local de entrega, em divisas, colocados no porto de entrada no Brasil;
- (iii) As despesas portuárias no porto de entrada, em reais, referentes a:
  - Capatazia;
  - Desembarço alfandegário e taxa de armazenamento portuário, relativa ao primeiro período mínimo de 30 (trinta) dias. Deverão ser adotados preços praticados no porto de Salvador-BA ou porto de Recife-PE.
- (iv) As tarifas para transporte interno, descarga, seguro e outros custos inerentes ao transporte dos equipamentos do porto de entrada até o local de instalação, em real;
- (v) Indicar os tributos incidentes.
- (vi) O pagamento será efetuado à empresa estrangeira, em real.

### **8.2. Julgamento das Propostas Financeiras com produtos oriundos do mercado interno e externo**

8.2.1. Para efeito de comparação dos preços dos produtos oriundos do mercado interno e externo, levar-se-á em consideração, com relação a este último, que estarão cotados em reais, a inclusão dos valores referentes a frete e seguro internacionais.

8.2.2. Definidas as PROPOSTAS FINANCEIRAS que atendam às exigências retro, envolvendo o objeto e o valor, elaborará a classificação provisória das mesmas, sempre em obediência ao critério do menor preço do equipamento.

8.2.3. Caso pelo menos uma licitante se enquadre na modalidade empresa brasileira oferecendo produtos no mercado interno, o preço apresentado pelas licitantes que ofertarem produtos oriundos do mercado externo deverá ser equiparado de acordo com o seguinte procedimento:

8.2.4. Apuram-se os maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno;

8.2.5. Das propostas referentes a produtos do mercado externo o preço será acrescido dos gravames consequentes dos mesmos tributos que oneram exclusivamente as licitantes brasileiras quanto à operação final de venda.

8.2.6. Assim teremos:

**A - Valor total da proposta (CIF) em moeda estrangeira**

**B - Taxa de cambio**

**C - Valor da proposta em moeda nacional  $A * B$**

**D - Maiores percentuais dos tributos incidentes dentre as propostas das empresas brasileiras oferecendo produtos no mercado interno**

**E - Valor da proposta acrescida dos tributos  $C * D$  = Empresa brasileira (oferecendo bens produzidos no Brasil);**



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR

8.2.7. Caso nenhuma das licitantes se enquadre na condição de Empresa Brasileira e Empresa Estrangeira em funcionamento no País oferecendo produtos do mercado interno, para efeito de julgamento será considerado tão somente o preço FOB quando se tratar de produtos procedentes do mesmo País.

8.2.8. Tratando-se de produtos de procedências diversas, para efeito de julgamento serão incluídos ao preço FOB os valores referentes ao frete e seguro internacionais, ou seja, o valor CIF.

8.2.9. Será considerada a melhor proposta, a que apresentar o menor preço global avaliado, para o item, conforme critérios acima estabelecidos.

## 9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

### 9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1.1. Serão aceitas propostas que atendam aos termos e condições das especificações técnicas sem desvio ou exceções aos requisitos técnicos, na forma solicitada no item 5 deste Termo de Referência.

9.1.2. Será considerado desvio aceitável aquele que não afeta de maneira substancial a qualidade ou o desempenho (performance) dos equipamentos, que não restrinja os direitos da CODEVASF e as obrigações da licitante e que também não prejudique ou afete a posição competitiva de outras licitantes que ofertarem equipamentos dentro das condições estabelecidas. A CODEVASF poderá desprezar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância de uma proposta desde que não se verifiquem transgressões na forma construtiva e de materiais, constantes das Especificações Técnicas, [Anexo II](#) deste Termo de Referência.

9.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) em nome da concorrente, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, descrevendo os serviços de forma a permitir a constatação da experiência da licitante na execução de serviços de fornecimento semelhantes ao objeto lícitado.
- b) A licitante deverá apresentar catálogos, desenhos e dados, ou descrição detalhada, sobre forma de literatura, demonstrando as principais características construtivas e operacionais dos equipamentos objeto desta licitação, e compreenderá no mínimo o seguinte:
  - b1) Uma descrição detalhada das principais características técnicas e do desempenho dos bens, inclusive lista básica dos componentes com os respectivos fabricantes;
  - b2) Desenhos preliminares dos equipamentos e materiais ofertados com dimensões, peso e demais características;
  - b3) No caso da apresentação de catálogos de toda a linha de produtos da licitante, devem ser indicados claramente, quais os bens que constituem o objeto da proposta;

9.1.1.1. Caso a licitante venha a fazer observações quanto aos requisitos técnicos exigidos nas especificações, a mesma deverá explicitar, em sua proposta, uma lista de desvios em relação ao exigido, informando razões que a levaram a apresentar tais observações, fato este sujeito a aprovação pela Codevasf.



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR

### 10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A Codevasf se propõe a pagar pelos fornecimentos, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 1.132.484,76 (um milhão, cento e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e seis centavos), a preços de abril/2017, conforme indicado nas Planilhas de Quantidades e Preços Orçados, constantes do Anexo I deste termo de Referência.

10.2. Os recursos orçamentários da CODEVASF correrão à conta do Funcional Programática 19.691.2029.8902 – Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica – Reabilitação de Perímetros Irrigados do Baixo São Francisco – Modalidade 90 – Categoria Econômica 4 – Investimento.

### 11. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS FORNECIMENTOS

11.1. O prazo máximo para execução do objeto deste TR é contado em dias, a partir da assinatura do contrato. Os fornecimentos/equipamentos objeto desta licitação deverão ser entregues na Oficina de São Vicente, localizada no povoado de São Vicente, no município de Propriá, Estado de Sergipe, que dista 100 km de Aracaju-SE. O acesso a oficina, é feito pela SE- 200. O contrato deverá ser concluído conforme prazo especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.

Item	Prazo Máximo para Fornecimento (dias)
1	90 (noventa)
2	90 (noventa)
3	90 (noventa)
4	90 (noventa)
5	90 (noventa)

### 12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos, objeto desta licitação, serão efetuados em reais, contra a apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas pela Fiscalização da CODEVASF.

12.2. Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contado da data final do período de adimplimento de cada parcela estipulada, conforme estabelece o Art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n.º 8.666/93.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

### **13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS**

13.1. Os preços permanecerão válidos por um período de 01 (um) ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados aplicando-se a seguinte fórmula de reajuste (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V (I1 - I0)/I0;$$

onde:

R = valor do reajustamento procurado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice correspondente ao mês de aniversário da proposta financeira;

I0 = índice inicial correspondente ao mês de apresentação da proposta financeira.

13.2. O índice a ser considerado no reajustamento será extraído das tabelas publicadas na revista Conjuntura Econômica, editada pela Fundação Getúlio Vargas – código AO 1006827 – IPA – Origem – OG - DI - Prod. Ind. – Transformação - Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos.

### **14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS FORNECIMENTOS**

14.1. Após o término dos fornecimentos, a contratada requererá o recebimento definitivo.

14.2. A Fiscalização fará a vistoria e, se os fornecimentos estiverem de acordo com as especificações técnicas e termos do contrato e efetivamente não tendo nenhuma observação a fazer, será lavrado o Termo de Encerramento Físico.

14.3. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo (até 90 dias) para que a contratada providencie as correções ou acertos apontados, após o que, estando a fiscalização de acordo, será lavrado o termo de encerramento físico de contrato, sendo que este deverá ser assinado por representante autorizado da contratada.

14.4. A última fatura somente será encaminhada para pagamento após emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato, que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

### **15. FISCALIZAÇÃO**

15.1. A gestão do contrato, bem como a fiscalização da execução do fornecimento será realizada pela CODEVASF, por técnicos designados na forma do Art.º 67, da Lei 8.666/93, a quem compete verificar se a Licitante vencedora está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

15.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a Licitante vencedora mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

15.3. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas vigentes relacionadas ao objeto deste Termo de Referência e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

15.4. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do contrato, dando conhecimento do fato à Área de Irrigação, responsável pela execução do contrato.

15.5. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

15.6. Das decisões da Fiscalização poderá a Contratada recorrer à Área de Irrigação da Codevasf, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.

15.7. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

15.8. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela licitante vencedora, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

## **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1. A licitante vencedora deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil - polibromados (PBDEs).



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

16.2. A licitante vencedora deverá apresentar certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências supracitadas.

16.3. Em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a Codevasf poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências deste TR, antes da assinatura do contrato, correndo as despesas por conta da licitante vencedora. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta vencedora será desclassificada.

16.4. Caso a contratada deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

### **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. A licitante fica obrigada a garantir o funcionamento pleno de todos os equipamentos e componentes fornecidos.

17.2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CODEVASF e a terceiros, existentes no local ou decorrentes da execução dos serviços e fornecimentos objeto desta licitação.

17.3. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei 12.846/2013 do Decreto nº 8.420/15, da lei 13.303/2016, e da Política de Integridade da Codevasf, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

### **18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os fornecimentos/serviços contratados.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR**

18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

### **19. GARANTIA DOS MATERIAIS**

19.1. A garantia consta das Especificações Técnicas – Anexo II, parte integrante deste Edital.

### **20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

20.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e no contrato, bem como das cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega de seu objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato; ou
- h) Não cumprir quaisquer das obrigações da contratada.

19.2. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

19.3. Aplicar-se-á a presente licitação as sanções administrativas, criminais e demais regras previstas no Capítulo II, Seção III da Lei nº 13.303/2016.

19.4. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

19.5. Caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de intimação ou da lavratura da ata da aplicação das penas de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública e declaração de inidoneidade.

19.6. A multa será aplicável sobre o valor total da contratação, cumulativamente ou não com outras sanções, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

### **21. MULTAS**

21.1. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, caberá a aplicação de penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em Lei;

21.2. Nos casos de inexecução parcial dos serviços ou atraso na execução dos mesmos, será cobrada multa de 2% (dois por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

### **22. CONDIÇÕES GERAIS**

22.1. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

### **23. ANEXOS**

23.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I – Planilha de Quantidades e Preços Orçados
- Anexo II – Especificações Técnicas
- Anexo III – Desenhos de Referência e Planilha Dimensional das Bombas
- Anexo IV – Modelo de Planilha de Preços (Proposta Financeira)





## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

### **ANEXO I**

## **PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇOS ORÇADOS**

**(Gravado em CD)**



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

ANEXO II

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

(Gravado em CD)



**Ministério da Integração Nacional**

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Irrigação 4ª SR

ANEXO III

**DESENHOS DE REFERÊNCIA E PLANILHA DIMENSIONAL DAS BOMBAS**

(Gravado em CD)



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Irrigação 4ª SR**

### **ANEXO IV**

### **PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

(Proposta Financeira)  
(Gravados em CD)